



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA DTI Nº 12/SNOR, DE 13 DE AGOSTO DE 2021.

Aprova a reedição da Ordem Técnica do Comando da Aeronáutica sobre o Processo de Gerenciamento de Legislação de Assuntos de Tecnologia da Informação (TI) do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER (STI).

O DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das suas atribuições, que lhe confere o art. 10 do Regulamento da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 472/GC3, de 12 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da OTCA 007/DTI/2021 "Processo de Gerenciamento de Legislação de Assuntos de Tecnologia da Informação (TI) do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER (STI)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 18 de agosto de 2021.

Art. 3º Revoga-se a versão publicada no BCA nº 210, de 7 de dezembro de 2017.

Brig Ar HUDSON PEÇANHA MURAD
Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica

MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA ORDEM TÉCNICA DO COMANDO DA AERONÁUTICA			
DOCUMENTO Nº OTCA 007/DTI/2021	GRAU DE SIGILO OSTENSIVO	EMIÇÃO 28JUL 2021	VALIDADE PERMANENTE
ASSUNTO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE LEGISLAÇÃO DE ASSUNTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO COMAER (STI)		DISTRIBUIÇÃO ÓRGÃO CENTRAL DO STI ELOS DO STI	
ANEXOS: Anexo A. Processo de Recebimento e Análise da Demanda Anexo B. Processo de Confecção da Minuta Anexo C. Processo de Aprovação e Assinatura Anexo D. Modelo de Quadro de Justificativas			

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Ordem Técnica do Comando da Aeronáutica (OTCA) tem por finalidade estabelecer procedimentos e definir responsabilidades para a confecção, numeração, registro, alteração, controle e divulgação das Legislações de assuntos de TI afetas ao Sistema de Tecnologia da Informação (TI) do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI), em adequação aos procedimentos constantes da NSCA 5-1/2011 – Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica.

1.2 ÂMBITO

Esta OTCA aplica-se a toda a estrutura do STI.

1.3 CONCEITUAÇÕES

Os termos e expressões empregados neste Documento têm seu significado consagrado no vernáculo, no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica”, no MCA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica” e MCA 7-3 “Glossário de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação no Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI)”.

2 LEGISLAÇÃO DE ASSUNTOS DE TI DOSTI

O processo de elaboração/atualização/reedição de legislação de assuntos de TI do STI encontra-se representado nos Anexos A, B e C.

2.1 COORDENAÇÃO

2.1.1 O processo de elaboração/atualização/reedição das legislações de assuntos de TI do STI será coordenado pelo Órgão Central do STI (DTI), por meio da Divisão de Normas de TI (TINR) da Coordenadoria de Governança de TI (CGTI), de acordo com a NSCA5-1/2011.

2.1.2 O Órgão Central do STI, por meio da TINR, deverá:

- a) coordenar o processo da legislação afeta ao STI, até o fechamento da minuta final, sendo responsável por sua revisão final, bem como pelas providências para sua numeração e demais trâmites com o CENDOC e COMGAP, além da preparação das versões finais após a revisão, o controle, e sua disponibilização na página da DTI na INTRAER, além de manter a documentação em arquivo físico e digital, para a guarda permanente das portarias e publicações oficiais convencionais e não convencionais elaboradas pela DTI e OM subordinadas, respectivamente, de acordo com o RICA 21-236 da DTI;
- b) realizar a revisão da legislação quanto aos seus aspectos técnicos e jurídicos, em relação às demais publicações vigentes, da Administração Pública Federal, do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, das Normas internacionais e nacionais, bem como em relação às boas práticas sobre o tema tratado, e, ainda, quanto aos aspectos de conceituações e de forma, adequação de assuntos aos títulos previstos e estrutura;
- c) verificar se os procedimentos propostos transgridem a legislação aplicável à Administração Pública Federal (APF), aquela aplicável ao Ministério da Defesa (MD) e ao Comando da Aeronáutica (COMAER);
- d) devolver a legislação ao responsável pela mesma, em qualquer fase do processo de elaboração/atualização, caso julgue muito elevado o número de incorreções no documento/minuta;
- e) solicitar, quando necessário, a elaboração de minuta de legislação, a algum dos setores da DTI ou OM subordinada, para atender determinação superior ou em decorrência de imposição regulamentar, de atualização da legislação da APF ou de evolução tecnológica;
- f) disponibilizar na página da DTI na INTRAER o resultado da consulta pública, quando for o caso, fazendo parte do material a ser disponibilizado, a tabela de contribuições consolidada, bem como a legislação com a nova redação, contendo as contribuições aceitas;
- g) encaminhar ao Diretor de TI a legislação em minuta, após os trâmites acima, para aprovação e, uma vez aprovada, encaminhá-la formalmente, para assinatura pela Autoridade competente; e
- h) Após a aprovação da legislação pela DTI, solicitar ao CENDOC a manutenção do número secundário, no caso de reedição ou de um novo número (quando se tratar de uma 1ª edição) além de providenciar a portaria da publicação, bem como a versão final da minuta da publicação e o encaminhamento ao Diretor de TI para assinatura.

3 PROCESSO DE ELABORAÇÃO/REVISÃO DE LEGISLAÇÃO DE ASSUNTOS DE TI DOSTI

A proposição de uma legislação de assuntos de TI do STI poderá ser decorrente de iniciativa própria de um ou mais entes da estrutura do STI, de determinação superior ou em decorrência de imposição regulamentar, de atualização da legislação da Administração Pública Federal (APF), de atualização de normas nacionais e/ou internacionais relativas ao tema, da atualização de boas práticas para projetos, atividades e/ou serviços de TI ou de evolução tecnológica.

3.1 RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DEMANDA

3.1.1 Em caso de OM diferente do Órgão Central de TI, a demanda de elaboração/revisão de normas deve ser enviada à DTI através de ofício direcionado para o Diretor. Se identificada no âmbito interno do Órgão Central do STI, a demanda deverá ser encaminhada para a Chefia da TINR.

3.1.2 A DTI, através da TINR, deverá fazer a pré-análise da solicitação quanto à existência de legislação que regule a matéria proposta, bem como em relação ao contexto geral do tema na Administração Pública Federal, no Ministério da Defesa, no Comando da Aeronáutica e nos órgãos reguladores nacionais e internacionais. A análise realizada sobre a demanda, bem como sobre o contexto geral é levada ao Coordenador da CGTI e, sendo viável, é inserida pela TINR no planejamento de Normatização da DTI.

3.1.3 Após a aprovação do Coordenador da CGTI, a TINR deverá identificar os setores envolvidos na elaboração da legislação em pauta, tanto no âmbito interno como em possíveis OM do COMAER. Se for identificado que existem mais de um setor e/ou OM envolvidos, a TINR, por meio da CGTI, irá propor ao Diretor de TI a publicação de portaria para criação de um Grupo de Trabalho (GT).

3.1.4 O processo de Recebimento e Análise de Demanda encontra-se no Anexo A.

3.2 CONFECCÃO DA MINUTA

3.2.1 O setor responsável pelo assunto, na DTI ou o GT, deverá providenciar a versão de minuta da legislação.

3.2.2 Ao confeccionar a minuta da legislação de assuntos de TI, quanto à forma e à conceituação, o elaborador deve basear-se na NSCA 5-1/2011, na NSCA 10-2/2019, no MCA 7-3/2021, no Manual de Redação da Presidência da República, no Glossário do Ministério da Defesa (MD 35 G01/2007), Glossário das Forças Armadas e no Glossário do COMAER (MCA 10-4/2001).

3.2.3 Ao confeccionar a minuta da legislação de TI, quanto ao conteúdo, o elaborador deve tomar por base as demais normas já publicadas pelo Órgão Central do STI (DTI), pela ABNT, pela APF, MD, do COMAER, ABNT, Órgãos Nacionais e Internacionais regulatórios e as boas práticas de TI.

3.2.4 Ao propor uma alteração de norma, seja modificação ou reedição, o responsável deverá atentar-se ao correto preenchimento do quadro de justificativas, conforme modelo no Anexo D, para que o processo de atualização fique registrado por quem o fez e quais as alterações foram propostas no documento. O quadro de justificativas será utilizado pela TINR para aprovar as alterações na norma e para assessorar a autoridade em relação às modificações no texto anterior.

3.2.5 A TINR receberá a minuta e avaliará quanto ao tema, aos seus aspectos técnicos e jurídicos, em relação às demais publicações vigentes da Administração Pública Federal, do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, das normas internacionais e nacionais, bem como em relação às boas práticas sobre o tema tratado, e, ainda, quanto aos aspectos de conceituações e de forma, adequação de assuntos aos títulos previstos e estrutura, e procederá os ajustes de formatação de acordo com a NSCA 5-1/2011 e NSCA 10-2/2019 e, em seguida, encaminhará para o Diretor via cadeia de comando.

3.2.6 O Diretor, após avaliar a minuta, poderá determinar que a legislação seja colocada em consulta pública na página da DTI na INTRAER para a participação dos demais entes da estrutura do STI.

3.2.7 Após a consulta pública, se for o caso, a TINR consolidará as contribuições, elaborando assim a versão final da minuta.

3.2.8 O processo de Confecção de Minuta encontra-se no Anexo B.

3.3 APROVAÇÃO, ASSINATURA, REGISTRO E DISPONIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

3.3.1 APROVAÇÃO E ASSINATURA

3.3.2 Dependendo da autoridade que assinará a legislação, o processo será o seguinte:

3.3.3 No caso de assinatura pelo Comandante-Geral de Apoio ou autoridade superior, compete à TINR providenciar o ofício de encaminhamento ao ODS, ao qual o Órgão Central está subordinado, com a minuta da Legislação e, se necessário, com o quadro de justificativas (Anexo D).

3.3.4 No caso em que a assinatura for a do Diretor de TI, compete à TINR relaborar a Portaria de publicação e encaminhá-la ao Diretor de TI, anexando a minuta da legislação e o quadro de justificativas, em caso de modificação ou reedição.

3.3.5 Ao tratar-se de caso previsto no item acima (3.3.4), compete, ainda à TINR, após assinada a Portaria de aprovação, acrescentar os dados da Portaria à versão original da legislação, e, em seguida, solicitar a SECTI que encaminhe ao CENDOC o original da legislação no formato .odt, .doc, ou .pdf e a Portaria assinada e digitalizada, para publicação em BCA (item 6.2 da NSCA 5-1/2011).

3.3.6 Compete ao elaborador da TINR da DTI, ao confeccionarem Publicações Sigilosas, obedecerem aos requisitos da ICA 205-47 (ISAS – Instrução para SALVAGUARDA de Assuntos Sigilosos da Aeronáutica - ISAS).

3.3.7 O Diretor de TI tem competência para aprovar as seguintes publicações: FCA, ICA, MCA, OCA, PCA, RICA, OTCA e TCA, em conformidade com a NSCA 5-1/2011. Estas, bem como as demais competências, estão contidas na NSCA 5-1/2011.

3.3.8 O ato de aprovação consiste da transcrição, na íntegra, do ato normativo que aprovou ou alterou a legislação, fazendo menção à data de vigência (Anexo E da NSCA 5-1/2011).

3.3.9 O processo de Aprovação e Assinatura encontra-se no Anexo C.

3.4 DISPONIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

3.4.1 Todas as publicações ostensivas, afetas ao STI, serão disponibilizadas na página da DTI na INTRAER, tão logo sejam publicadas em BCA.

3.4.2 Todas as publicações Reservadas afetas ao STI serão disponibilizadas, após autorização do Diretor da DTI, na página da DTI na INTRAER, em área de uso restrito, tão logo sejam

publicadas em BCA ou no Diário Oficial da União.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos não previstos nesta publicação serão submetidos à apreciação do Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.

4.2 Somente o Órgão Central do STI (DTI), emitirá OTCa de assuntos técnicos, especializados em Tecnologia da Informação, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Brig Ar HUDSON PEÇANHA MURAD
Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. **Instrução para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (ISAS): ICA 205-47**. Brasília, 15 Dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Centro de Documentação da Aeronáutica. **Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica: NSCA 10-2**. Brasília, 1 Maio. 2019.

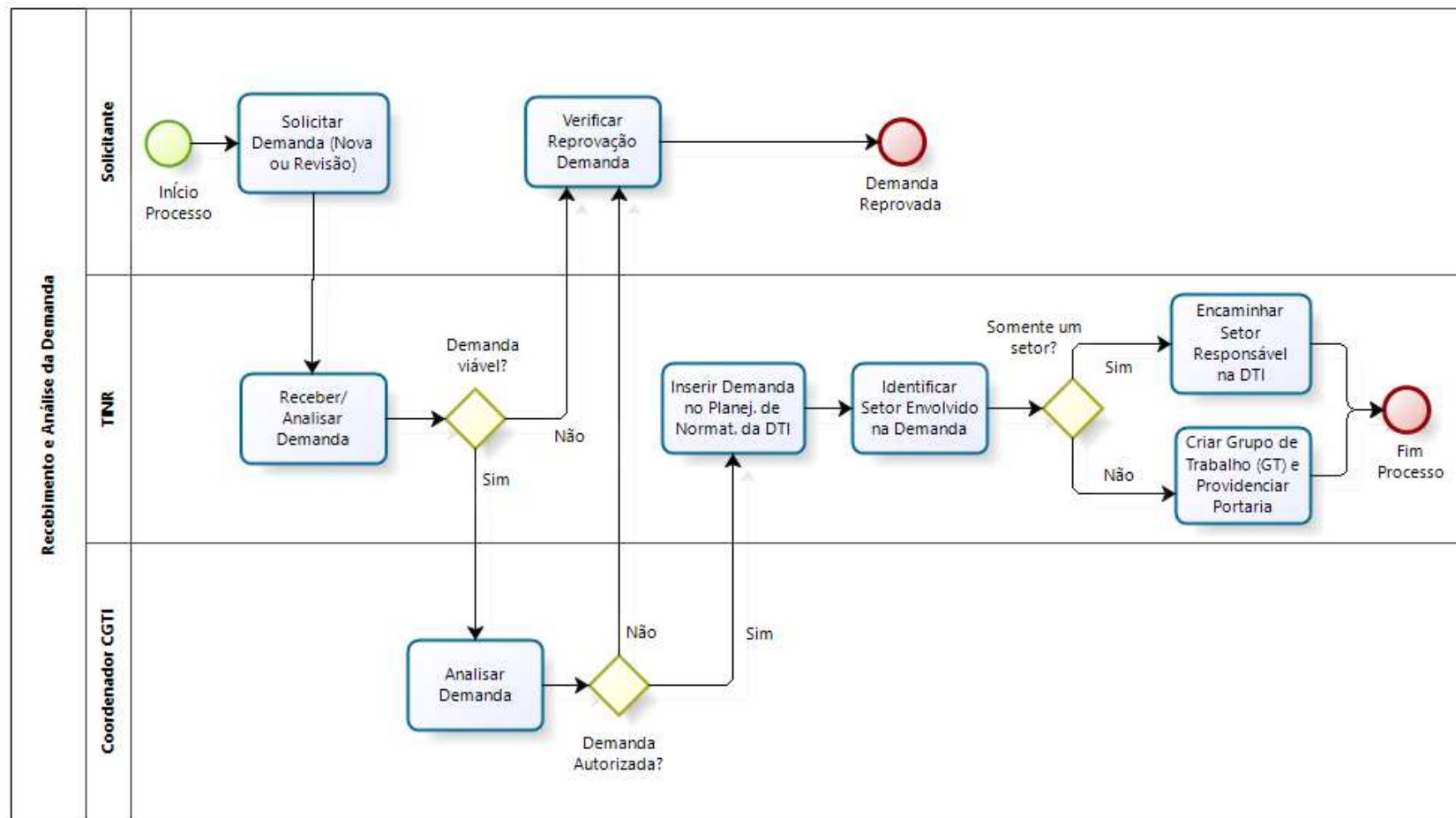
BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: NSCA 5-1**. Brasília, 23 Nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. **Regimento Interno da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica: RICA 21-236**. São Paulo, 10 fev. 2020.

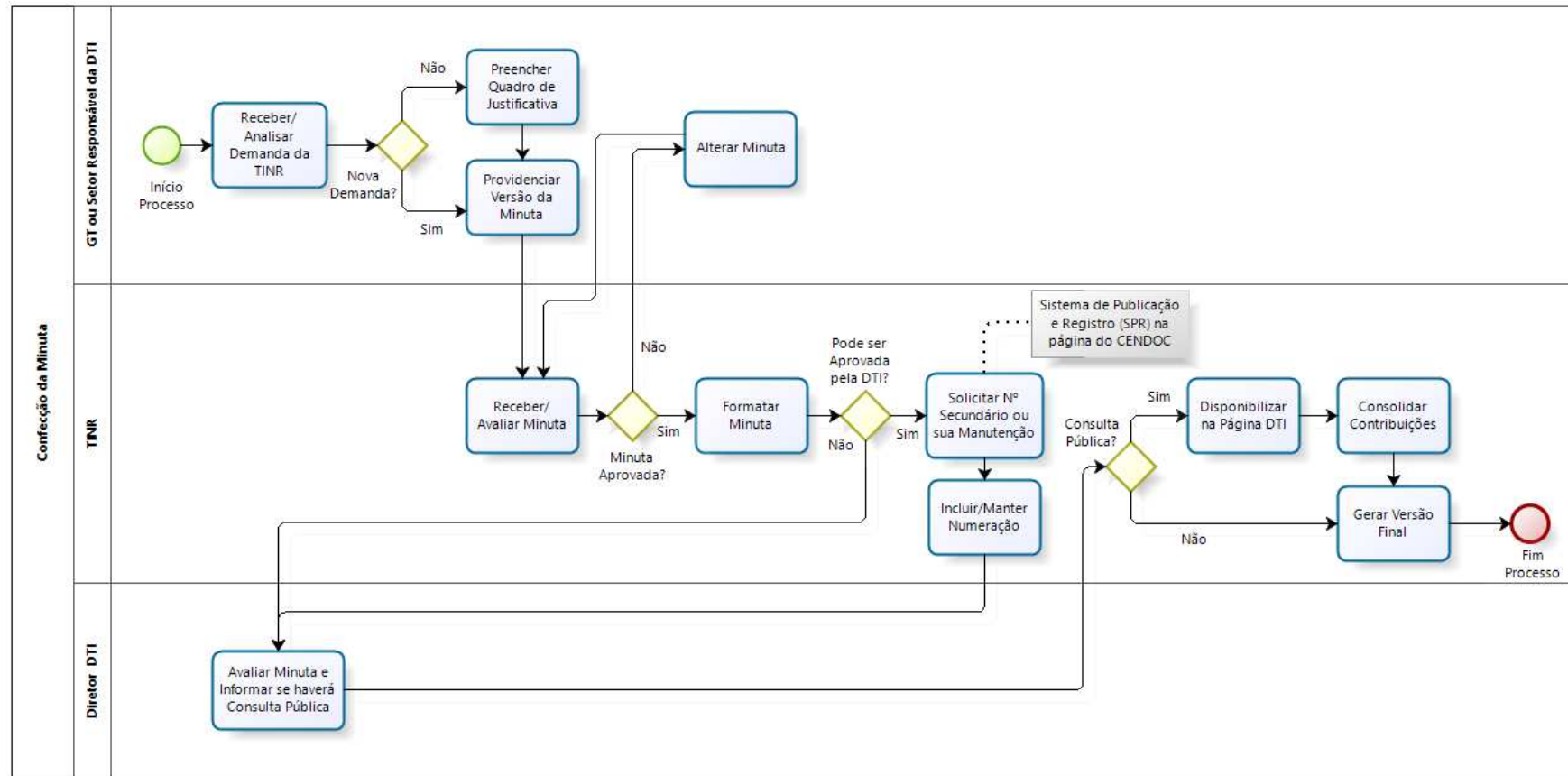
BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. Regulamento da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica: **ROCA 21-83**. Brasília, 12 de Abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Estrutura e Competências do sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica: NSCA 7-7**. Brasília, 21 Dez. 2015.

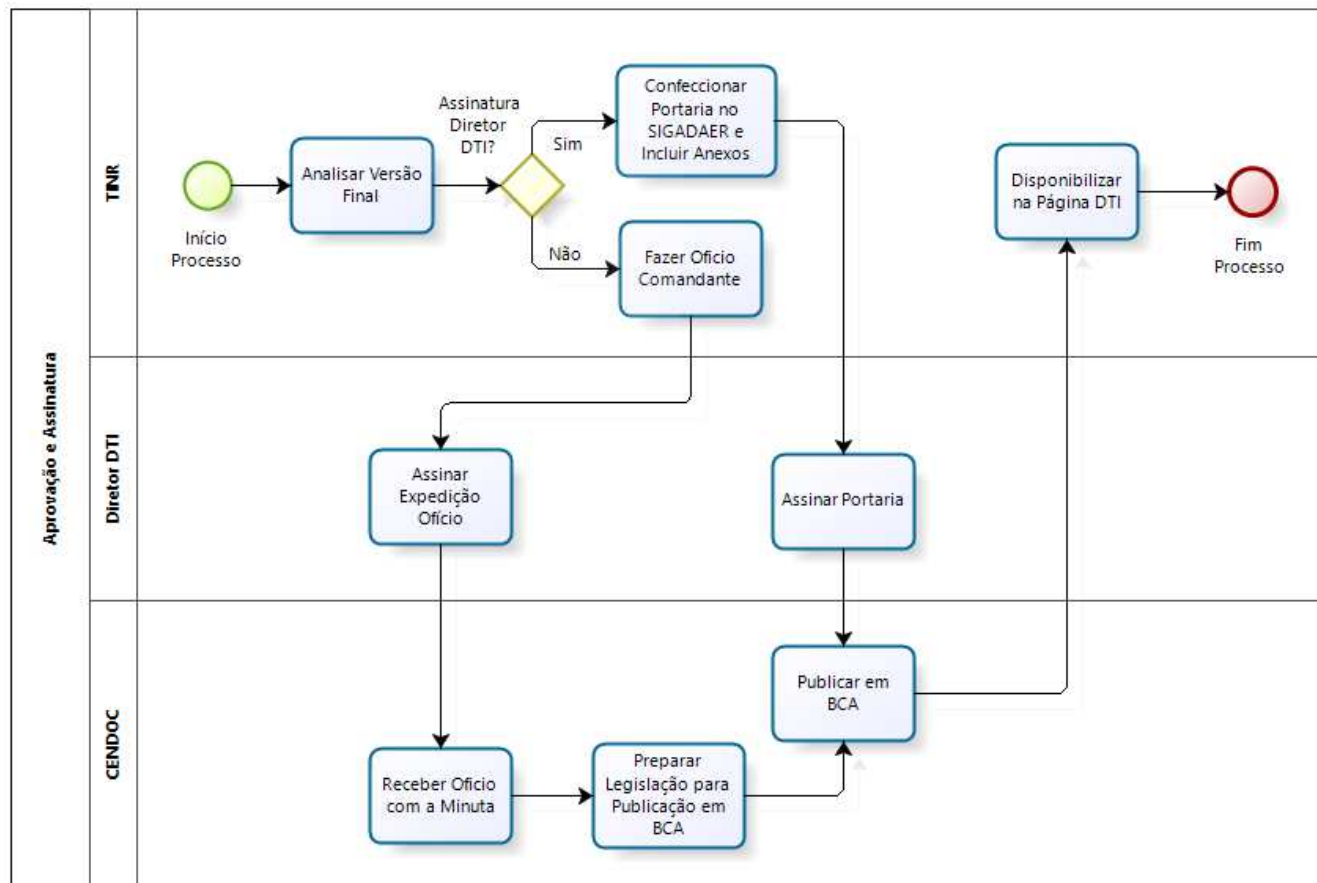
Anexo A – Processo de Recebimento e Análise da Demandada



Anexo B – Processo de Confeção da Minuta



Anexo C –Processo de Aprovação e Assinatura



Anexo D – Modelo de Quadro de Justificativas

DOCUMENTO: (Ex.: NSCA 5-1 CONFECÇÃO, CONTROLE E NUMERAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO COMANDO DA AERONÁUTICA)

ANALISADO: Ex.: 1T RIBERA (TINR); 2T FERNANDES (SNOR); 2S MARIANA (SNOR)

TEXTO EM VIGOR	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
<p>Inserir o texto da mesma forma como está escrito no documento original.</p> <p>Utilizar a cor de Fonte vermelha para simbolizar a proposta de supressão de artigos, parágrafos, incisos, alíneas, itens ou vocábulos;</p>	<p>Escrever o texto da forma como se propõe que seja escrito no documento final.</p> <p>Utilizar a cor de Fonte azul para simbolizar os acréscimos ou substituições.</p> <p>Utilizar a cor de Fonte preta para os trechos inalterados.</p>	<p>Argumentar fundamentadamente sobre os motivos da mudança proposta.</p>
<p>Ex.</p> <p>Ressalte-se, neste sentido, um trecho da DCA 1-1/2012: “A informação é um fator diferencial na guerra moderna, pois afeta diretamente o processo decisório das forças em combate. Além disso, as diversas fontes de notícias que circulam no campo de batalha podem influenciar o senso comum a um posicionamento favorável ou contrário aos objetivos da campanha ou da operação militar. Nesse contexto, também deve ser considerado o controle do ambiente cibernético, conformado por Sistema de Comunicações e Tecnologia da Informação para Comando e Controle (SCTIC2), que são vitais para troca de informações entre todos os escalões da cadeia de comando. O domínio do ambiente cibernético pode, direta ou indiretamente,</p>	<p>Ex.</p>	<p>Ex.</p> <p>Removido, pois a DCA 1-1/2020 não trata mais o tema sob a mesma ótica, ficando esse trecho obsoleto.</p>

afetar as lideranças, as forças militares e as infraestruturas críticas do inimigo, até o ponto de evitar a confrontação militar direta.”		
<p>Ex.</p> <p>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>1.1 FINALIDADE</p> <p>A presente Norma tem por finalidade estabelecer a estrutura básica do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI), reformulado pela Portaria nº 549/GC3, de 9 de agosto de 2010, bem como as competências de seus elos constitutivos.</p>	<p>Ex.</p> <p>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>1.1 FINALIDADE</p> <p>A presente Norma tem por finalidade estabelecer a estrutura básica do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI), reformulado pela Portaria nº 549/GC3, de 9 de agosto de 2010, descrever seu papel na estrutura de Governança de TI do COMAER e as competências de seus elos constitutivos.</p>	<p>Ex.</p> <p>Complementar a norma com os papéis do STI na estrutura de Governança de TI do COMAER</p>
<p>Ex.</p>	<p>Ex.</p> <p>1.2.10 CONTI O Conselho Diretivo de Tecnologia da Informação com COMAER (CONTI), definido por meio da Portaria nº 928/GC3, de 4 de setembro de 2020, é um órgão deliberativo, de caráter permanente, que tem por finalidade assessorar o Comandante da Aeronáutica no trato dos assuntos de alto nível relacionados à Governança de Tecnologia da Informação no COMAER, com o objetivo de promover a entrega de valor por meio da Tecnologia da Informação (TI) e do uso estratégico da informação no COMAER, sendo responsável pelo estabelecimento e alcance dos objetivos e das metas de TI, bem como pela orientação das iniciativas e</p>	<p>Ex.</p> <p>Inserir o conceito de CONTI conforme Portaria nº 928/GC3, de 4 de setembro de 2020</p>

	dos investimentos na área de Tecnologia da Informação.	
--	--	--